



Eduardo Munoz/Reuters

O Haiti além daqui

Após sete anos liderando a missão de paz no país caribenho, e às vésperas de expirar seu mandato, o Brasil questiona se é hora de retirar suas tropas; especialistas avaliam o impacto disso para o futuro das duas nações

Carolina Montenegro
unespciencia@unesp.br

De aplausos a um ponto de interrogação. Após sete anos no Haiti, liderando a Minustah (Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti), o Brasil começa a avaliar a retirada de suas tropas do país, em meio às crescentes críticas internacionais à missão e ao novo cenário político que vive o Haiti.

Entre as dezenas de missões de paz da ONU no mundo a partir dos anos 1990, a Minustah por muito tempo foi tida como referência internacional. Uma operação que deu certo diante de fracassos estrondosos, como o genocídio em Ruanda, e os conflitos internos no Congo e no Sudão.

A entrada do Brasil no país como cabeça da operação de estabilização do Haiti aconteceu em 2004, após a queda de Jean-Bertrand Aristide e durante a ocorrência de conflitos políticos em que milhares foram mortos. Seis anos mais tarde, um megaterremoto resultou na morte de cerca

de 300 mil pessoas, entre elas 18 militares da Minustah e 1 em cada 5 funcionários públicos. As forças brasileiras voltaram a ter ação decisiva nos esforços de socorro, receberam reforço e o contingente subiu de 1.200 para 2.100 homens.

Um ano e meio depois, porém, o cenário é outro no país. O caos pós-terremoto passou, Michel Martelly foi eleito presidente este ano, e o desafio não é mais a segurança, mas a reconstrução. Martelly e o chanceler brasileiro, Antonio Patriota, se reuniram na capital, Porto Príncipe, em julho para negociar um perfil diferente para a Minustah, "mais civil e menos militar".

Em outubro, expira o mandato da missão, que está sujeito a renovação, reformulação ou extinção. A decisão cabe ao Conselho de Segurança (CS) da ONU, mas deve receber autorização do governo haitiano.

Em sua posse como novo ministro da Defesa brasileiro, no início de agosto, Celso

Amorim também afirmou ser "a favor da retirada das tropas brasileiras do Haiti". Segundo artigo do jornal *O Globo*, o assunto teria sido discutido entre o ministro e as Forças Armadas, e os militares também concordaram com o retorno das tropas.

Para pesquisadores de relações internacionais, o momento é crucial não só para o país caribenho como para o Brasil. "Patriota conseguiu perceber que a vertente da missão calcada na área de segurança já cumpriu parcialmente seu papel. Um dos setores que pode agora potencializar a recuperação do país são projetos de desenvolvimento econômico", afirma Vanessa Braga Matijascic, doutoranda em História pela Unesp em Franca e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Santiago Dantas. Ela acompanha a Minustah desde o início da missão em 2004 em seus estudos de mestrado e doutorado.

Segundo a pesquisadora, já era projetada uma lenta retirada das tropas brasileiras em outubro de 2009, mas membros do CS repensaram a saída por causa do terremoto em janeiro do ano seguinte.

“As operações de missões de paz são previstas para serem transitórias”, lembra. Isso está estabelecido pela ONU nas diretrizes do Departamento de Operações de Força de Paz (DPKO, na sigla em inglês): “As forças de paz fornecem segurança e apoio político para ajudar países a realizarem a transição do conflito para a paz”.

No papel, isso significa que essas operações são orientadas por três princípios básicos: “consenso das partes envolvidas, imparcialidade e o não uso da força, exceto em legítima defesa e defesa do mandato”.

Na prática, porém, das atuais 16 missões de paz da ONU em quatro continentes do mundo, várias estão ativas há anos, diante da realidade de prolongados conflitos, como em Darfur, no Sudão, e na fronteira sul do Líbano.

Assim como o estabelecimento de uma missão de paz, sua saída está sujeita à forte conjectura política dentro da ONU. Delimitar por que, quando e como é um debate sujeito ao jogo das grandes potências que são países-membros do CS e à pressão da comunidade internacional. No caso do Haiti, Vanessa acredita em um cronograma de retirada gradual, acertada para 2012.

Mais médicos e engenheiros

“A responsabilidade pela segurança deve ser totalmente assumida pela polícia haitiana. A ajuda brasileira vai se dar gradativamente na substituição de soldados por engenheiros. Essa é a proposta que o Brasil fez ao novo governo haitiano. Isso é bom para que este governo e os futuros no Haiti não fiquem dependentes da ajuda internacional”, explica a especialista.

A reconstrução, no entanto, segue estagnada. A expectativa de especialistas e atores locais haitianos é de que haja maior contribuição da ONU na reconstrução da infraestrutura e na estabilização dos serviços de saúde. Para isso, seria crucial aumentar o contingente de médicos, enfermeiros e engenheiros na missão.



BEL AIR

A favela é um retrato da insegurança que voltou a assolar o país; a alta de crimes está sendo levada em conta nas discussões sobre a presença de tropas externas



MEGADESTRUÇÃO

Terremoto provocou a morte de 300 mil pessoas e adiou início da saída das tropas



MUDANÇA

Novo presidente, Michel Martelly quer Minustah “mais civil e menos militar”

Fotos: Caio Guatelli/Folhapress; Swann Parker e Eduardo Munoz/Reuters

“Uma missão que ajudasse com a reconstrução seria ótimo, mas a Minustah não é isso”, diz Mark Weisbort, codiretor do Centro de Pesquisas Econômicas e Políticas, em Washington. “Certamente muitas coisas não estão sendo feitas, dado o volume de dinheiro levantado. Ainda existem 600 mil pessoas morando em campos de deslocados internos, em condições precárias. É realmente chocante como foi pequeno o progresso da reconstrução, um ano e meio depois do terremoto”, afirmou à **Unesp Ciência** por telefone.

Weisbort aponta como os principais responsáveis por isso a corrupção e falta de eficiência das ONGs internacionais, “mas primeiro, os governos estrangeiros, que não cumpriram com o montante de doações prometidas”.

Desde o terremoto em 2010, apenas US\$ 335 milhões (R\$ 530 milhões) em doações foram repassados ao Haiti, dos US\$ 10 bilhões (R\$ 15,8 bilhões) prometidos.

Para ele a ONU não deveria sequer ter enviado uma missão de paz ao Haiti. “Questões de segurança nunca foram legítimas, o Haiti não é uma área de conflito, não há guerra. Quando estive lá, há alguns meses, me senti como se estivesse num país ocupado, como na Faixa de Gaza. Qual é a razão para eles estarem lá? Nunca foi realmente explicado”, disse.

Em coluna recente publicada pela *Folha de S. Paulo* e divulgada em seu site na internet, Weisbort denuncia que telegramas diplomáticos dos EUA divulgados pelo WikiLeaks indicam que “as tropas estrangeiras no Haiti são uma ocupação americana, tanto quanto o são as do Iraque e Afeganistão”.

Como prova ele coloca links para um documento americano vazado que, segundo ele, mostra como os EUA tentaram forçar o Haiti a rejeitar US\$ 100 milhões anuais em ajuda porque vinham da Venezuela. O ex-presidente haitiano René Préval teria se recusado e por isso os americanos boicotaram o candidato que ele apoiava na disputa presidencial de 2010.

“Isso foi feito por meio da manipulação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e de ameaças abertas de cortar o auxílio pós-terremoto concedido ao país desesperadamente pobre se ele não aceitasse a mudança”, diz Weisbort no texto.

Outros documentos vazados pelo WikiLeaks, e divulgados em agosto pela revista americana *The Nation*, reforçam o argumento. Em outubro de 2008, a embaixadora dos EUA, Janet Sanderson, disse que “a Minustah era uma ferramenta indispensável para realizar os interesses da política do governo dos EUA no Haiti”.

Na conversa com a reportagem, Weis-

bort vai direto ao ponto. “O Brasil não deveria estar lá, desde o começo. Não sei por que ainda está. Acho que o governo se comprometeu e agora não quer sair. Muitos relatórios no WikiLeaks indicam que o Brasil fez isso para se qualificar a um assento permanente na ONU”, afirma.

Para não ganhar fama de força de ocupação internacionalmente e entre os próprios haitianos, o Brasil tenta agora mostrar seu compromisso de longo prazo com o Haiti além da Minustah. Por um lado, o governo oferece apoio ao trabalho social de ONGs como a Viva Rio, em Porto Príncipe. “Nós queremos continuar no Haiti por muitos anos implementando projetos de desenvolvimento e segurança humana”, conta o Coronel Angelo Ubiratan, coordenador da entidade que atua no país desde 2004.

Por outro lado, planeja a retirada gradual de tropas. No encontro de Patriota com Martelly, não se falou sobre prazos ou número de homens a deixarem o país. Mas fontes do Itamaraty informaram que está sendo discutido inicialmente o retorno de 900 militares que haviam sido enviados como reforço após o terremoto do ano passado. Estabelecer um cronograma para uma saída definitiva das tropas deve ser o próximo passo até outubro deste ano.

“O encaminhamento para uma retirada de tropas da ONU em 2012 parece viável,

mas os desafios devem ser assumidos pelo governo haitiano”, analisa Vanessa. Ela estima que após uma eventual saída da Minustah, a ONU poderia instalar uma comissão de construção da paz no Haiti. FMI, Banco Mundial e investidores coordenam projetos que apoiam o governo local. “No longo prazo é disso que o Haiti precisa. E a retirada de tropas vai permitir que a polícia haitiana exerça plenamente suas funções de segurança e manutenção da ordem pública.”

Assento permanente

Tudo isso, porém, depende de uma prerrogativa básica, a volta da segurança nas ruas. “Ao longo das últimas décadas, houve duas motivações para a violência no Haiti: a política e a criminal (gangues, tráfico de

O governo e as instituições haitianas ainda dependem da ajuda internacional no curto e médio prazo, incluindo a de organizações brasileiras, mas com vistas a um caminho de construção de autonomia, com a gradativa substituição de soldados por engenheiros

armas, de drogas)”, explica a pesquisadora. A partir do grande terremoto de 2010, o crime voltou a algumas regiões do país. No ano passado, foram registrados 68 assassinatos em Bel Air, o principal bairro da capital, contra 23 no ano anterior, segundo a Viva Rio. Antes disso, a criminalidade mostrava queda gradual. Em 2008, foram 14 homicídios; em 2007, 17.

Microcosmo do país, a favela Bel Air retrata a insegurança pós-desastre ambiental. O relatório “Haiti no pós-terremoto”, do centro de pesquisa International Crisis Group, também alerta para a volta de gangues armadas nas favelas no sul de Porto Príncipe e o aumento da violência sexual contra mulheres e crianças nos campos de deslocados, montados após o terremoto.

“Desde 1995, quatro operações de manutenção da paz no Haiti fizeram a profissionalização da polícia haitiana, que é hoje o braço do Estado para manutenção da ordem pública”, diz Vanessa. Diante desse quadro, ela avalia, com base nas observações que fez das missões no período, que o governo e as instituições haitianas ainda dependem da ajuda internacional no curto e médio prazo, incluindo a de organizações brasileiras, mas com vistas a um caminho de construção de autonomia.

No longo prazo, idealmente ganham o Haiti e o Brasil. Os especialistas ouvidos na reportagem consideram que garantir a segurança e promover o desenvolvimento do país caribenho são maneiras de também atender a antigas ambições de aumentar a exposição internacional do Brasil na ONU.

Desde a década de 1920, o país brigava por um assento permanente na Liga das Nações, a extinta organização que deu origem mais tarde à ONU. “O governo do presidente Lula manteve a ambição da gestão anterior e apostou na participação em operações de paz como diferencial político, que poderia levar outras nações do eixo sul a apoiarem a entrada do país no CS”, afirma Vanessa.

Por ora, sem reforma da carta da ONU concretizada, resta à diplomacia brasileira novamente continuar em busca da democratização do Conselho de Segurança, de olho em 2015, quando a ONU faz 70 anos. **UC**